

EDITORIAL

Nos últimos anos, presenciamos uma notável ampliação do campo do patrimônio, tanto no que diz respeito à inclusão de novos bens, como no que concerne aos processos de patrimonialização de objetos já consagrados por meio da legitimação de novos valores e atores. Tal ampliação, contudo, ainda está longe de representar toda a diversidade cultural brasileira e concorre com disputas e conflitos de legitimidade, prioridade e continuidade de políticas públicas. A relação entre desenvolvimento e preservação, por exemplo, permanece tensa e ambígua: se o investimento em obras de infraestrutura busca, entre outros, dar acesso universal a serviços há tempos negados a parcela considerável da população, também tem atropelado os modos de vida de comunidades tradicionais e populações indígenas. Cultura e patrimônio continuam sem ser prioridade das políticas públicas, mesmo quando associadas a direitos culturais, sociais e sustentabilidade, e suas conquistas vivem em risco de descontinuidade, ainda mais em momento de crise política e econômica.

Nesse cenário de conflitos, riscos e mudanças, porém, tem-se insistido em discussões abrangentes e inclusivas sobre patrimônio em suas diversas formas, cores e sotaques, possibilitando a ampliação do rol das coisas patrimonializáveis, dos atores envolvidos, das responsabilidades compartilhadas, dos processos de atribuição de valor e de suas implicações culturais, sociais, econômicas e políticas. A palavra patrimônio, que, em sua gênese, relaciona-se a algo herdado e passado adiante, algo que pode ser legado de pais para filhos, unindo gerações e temporalidades, remete a uma grande diversidade de significados. Essa multiplicidade de significados no presente e ao longo do tempo amplia as possibilidades de discussão e debate, enriquecendo os trabalhos e pesquisas relacionados ao tema e fortalecendo políticas de patrimônio, com impactos orientados para a afirmação e conquistas de direitos.

Este dossiê pretende, nesse sentido, apresentar-se como um espaço de divulgação e reflexão sobre as diversas facetas do patrimônio, estimulando assim o debate, a discussão e o conhecimento sobre o tema e ampliando as formas de sentir, de entender e de preservar o patrimônio.

Apresentamos neste dossiê nove trabalhos de dez pesquisadores que discutem o patrimônio em seus diferentes aspectos, abordando o tema a partir de suas experiências e práticas. Significativamente, a maioria dos artigos se aproxima do patrimônio imaterial, menos pela natureza dos bens e manifestações aí incluídos e mais pela diversidade que agregou ao acervo patrimonial a partir da criação dos instrumentos do Registro, em 2000 (Decreto n. 3.551), e pelas perspectivas participativas que imprimiu nas metodologias e instrumentos do campo do patrimônio. Diálogos com a sociedade civil, com detentores, com moradores de sítios protegidos, com vizinhos de monumentos históricos, com outras instâncias de proteção; enfim, as várias formas de participação de atores diversos nos processos de atribuição de valor e proteção e salvaguarda de bens culturais são a tônica desta edição, como se notará com a leitura do Dossiê.

A participação de novos atores nos procedimentos de identificação, reconhecimento e preservação de bens culturais trouxe, é certo, desdobramentos tratados nos artigos que seguem. Entre eles, a inclusão de novas categorias no acervo patrimonial ou tratamentos distintos a tipologias consagradas; a necessidade crescente do compartilhamento do conhecimento produzido tanto na esfera federal, como em outras instâncias, instituições e grupos; as diferentes apropriações das noções, categorias e procedimentos pelas diferentes comunidades, acarretando em problematizações e disputas conceituais, políticas, simbólicas que reforçam, mas também extrapolam a dicotomia entre conhecimento técnico e conhecimento não técnico.

A problematização das categorias e procedimentos de patrimonialização de bens culturais a partir das perspectivas de grupos variados é tema de três artigos deste Dossiê: o historiador Leandro Ribeiro do Amaral discute em seu trabalho as possibilidades de apropriação das noções de “bem cultural” e “patrimônio” por povos indígenas, problematizando o Registro de práticas e saberes indígenas como bens culturais de natureza imaterial e suas implicações. Matheus C. Blach, também historiador, analisa o processo de atribuição de valor simbólico pelos indígenas Potiguaras as ruínas da Igreja de São Miguel Arcanjo, localizada no litoral norte do estado brasileiro da Paraíba, partindo dessa perspectiva para pensar este bem como passível de salvaguarda enquanto Patrimônio Cultural Nacional. Já a cientista Patricia Rangel e o antropólogo João Paulo Amaral enfocam a importância e as possibilidades

criadas pela participação de grupos subalternizados nos processos de patrimonialização por meio de metodologias participativas, entre as quais o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), como forma inclusive de rever práticas eurocêntricas e masculinas do campo do patrimônio.

Marcelo Renan Oliveira de Souza, por sua vez, discute o processo de patrimonialização do Maracatu do Ceará para além dos procedimentos estabelecidos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, apresentando a experiência do Museu do Maracatu do Ceará no processo de promoção e patrimonialização dos maracatus do Estado e de difusão cultural, sendo apontado por seus criadores como lugar de memória e “escola de cultura afro-brasileira”.

A importância de promover as políticas de patrimônio e de fortalecer os diálogos dos órgãos de preservação com a sociedade civil está presente também nos dois artigos que abordam programas de Educação Patrimonial promovidos pelo IPHAN, como o texto de Simone Monteiro Silvestre Fernandes. A autora aborda a iniciativa “Programa Sentidos Urbanos: patrimônio e cidadania”, promovida como forma de aproximar moradores de Ouro Preto-MG do órgão federal de preservação, com vistas a aprimorar as estratégias de preservação da cidade e reforçar as formas de apropriação da cidade por seus moradores. Já o historiador Igor Alexander Nascimento de Souza apresenta suas análises acerca do programa federal Casas de Patrimônio, seu processo de formação e sua importância no contexto da Educação Patrimonial e de ampliação dos espaços de diálogo entre poder público e sociedade. No desenvolvimento do artigo, o pesquisador alerta também para o risco da descontinuidade dos trabalhos em virtude da instabilidade política nacional.

No contexto das políticas públicas para o patrimônio, Marcelo Cardoso de Paiva apresenta sua pesquisa sobre iniciativas municipais de preservação do patrimônio cultural. Para o historiador, a instância municipal propiciaria a participação social por sua proximidade em relação às comunidades, o que poderia contribuir para reflexões sobre a preservação do patrimônio em outras instâncias.

Os direitos culturais são tratados especificamente no artigo do bacharel em direito Hermano Fabrício Oliveira Guanais e Queiroz, que trata do Registro como instrumento de direito, tendo como ponto de partida as diversas discussões sobre os

efeitos jurídicos do Registro como instrumento de defesa de direitos culturais das populações e de seu patrimônio.

Por fim, mais especificamente sobre categorias dos bens protegidos e formas de identificação, reconhecimento e valoração de bens culturais, Danilo Celso Pereira discute a inserção da natureza na categoria de patrimônio cultural e atuação do IPHAN nesse debate, apresentando dados que problematizam mudanças e continuidades das práticas e conceitos do patrimônio.

Esperamos que esse Dossiê contribua para estimular a diversidade de debates no campo do patrimônio, reforçando a importância das contribuições de variadas áreas de conhecimento, instituições e instâncias, assim como dos diferentes atores diretamente interessados na afirmação de seus direitos culturais, com impactos cada vez mais democráticos, representativos e inclusivos nas políticas de patrimônio.

Alexandro Demanthé

Claudia Feierabend Baeta Leal

(Organizadores do dossiê “Patrimônio: diversidade em contexto”)